



Ata número Nove

Ao décimo oitavo dia do mês de julho do ano de dois mil e dezassete, realizou-se, pelas catorze horas e trinta minutos no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

-----Ponto Um: Aprovação da ata da reunião anterior;-----

-----Ponto Dois: Aprovação do Plano de Transportes Escolares 2017/18;-----

-----Ponto Três: Aprovação do Processo de Ação Social Escolar 2017/18;-----

-----Ponto Quatro: Apresentação do balanço do projeto EPIS;-----

-----Ponto Cinco: Balanço da Intervenção Municipal em matéria de educação.-----

A sessão teve início com a intervenção da Dra. Élia Mira, na qualidade de Presidente do Conselho Municipal de Educação, que agradeceu a disponibilidade dos presentes para participarem em mais um Conselho Municipal de Educação e, em especial, cumprimentou o novo Diretor do Agrupamento de Escolas Manuel Ferreira Patrício, o Dr. Alexandre Pires, apresentando os seus votos de felicidades para o seu mandato.-----

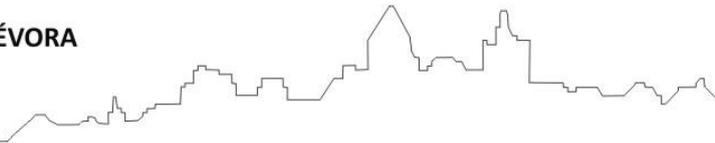
Passando à Ordem de Trabalhos, a Dra. Élia Mira propôs a sua alteração, no sentido de que a apresentação do balanço do Projeto EPIS ocorresse após a aprovação da ata da reunião anterior, passando-se, posteriormente e pela mesma ordem, aos restantes pontos, permitindo que a equipa representante do Projeto EPIS pudesse sair no final da sua apresentação.-----

Antes de passar ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, a Dra. Élia Mira referiu que o representante da GARE, eleito no último Conselho Municipal da Juventude como representante desse órgão no Conselho Municipal de Educação, participava pela primeira vez no Conselho Municipal de Educação, que seria o último para os restantes conselheiros deste mandato. Neste contexto, deixou um agradecimento a cada conselheira, a cada conselheiro pela colaboração e pelo trabalho desenvolvidos dentro e fora do âmbito do, então, atual Conselho Municipal de Educação, e manifestou o seu agrado pela forma como foi acolhida e a sua satisfação pela oportunidade de presidir este órgão, informando que no final do seu mandato iria regressar à Educação, nomeadamente ao Agrupamento de Escolas Número Dois de Évora.-----

Passando ao ponto um, aprovação da ata da reunião anterior, o Dr. Joaquim Simplício Simões pediu a palavra, começando por, em nome do Agrupamento de Escolas Número Dois de Évora, referir que foi um prazer trabalhar com a Dra. Élia Mira enquanto Autarca, reconhecendo o mérito da sua ação na qualidade de Presidente do Conselho Municipal de Educação. Relativamente à ata da reunião anterior, informou que não poderia aprová-la por só ter tomado conhecimento da mesma apenas na reunião e por considerar que, a par das restantes, as intervenções da Dra. Sofia Mouquinho e, na sequência disso, a sua própria deveriam constar também em ata, por também lhe parecem pertinentes e oportunas por terem a ver com a necessidade de uma melhor comunicação com a comunidade escolar, a sociedade, os encarregados de educação, no sentido das perspetivas de desenvolvimento na área empresarial, questões que, eventualmente, poderiam levar a alguma ação de futuro.-----

Face à questão levantada, a Dra. Helena Ferro propôs que se aprovasse a ata, na condição de se acrescentar um parágrafo com a informação proposta, sendo que, previamente ao reenvio da ata aos restantes conselheiros, esse parágrafo seria sujeito à apreciação do Dr. Joaquim Simplício Simões.-----





Não sendo propostas mais alterações, a Dra. Élia Mira colocou a ata para aprovação, na condição da sua revisão e prévio envio ao Dr. Joaquim Simplício Simões via correio eletrónico, tendo sido aprovada pelos conselheiros que estiveram presentes na reunião a que se refere ata.-----

Prosseguindo para o ponto dois, apresentação do balanço do projeto EPIS, a Dra. Élia Mira começou por agradecer a presença da equipa e reconhecer o trabalho desenvolvido em prol dos alunos que têm mais dificuldades nos seus trajetos e que, agarrados a tempo, há soluções que podem inverter a sua situação. ---- Tomando a palavra e recorrendo à exposição dos resultados de sucesso escolar dos alunos sinalizados com risco, o Dr. Marcelo Formosinho, coordenador do projeto EPIS, deu a conhecer, em linhas gerais, aos membros do Conselho Municipal de Educação o projeto e apresentou dados relativos ao trabalho de mediação nos dois últimos anos letivos - 2015/2016 e 2016/2017 na escola EB Conde de Vilalva e apresentou também os técnicos mediadores EPIS que intervêm em Évora, o Professor Luís Mendes e a Professora Sandra Caeiro, com vínculo ao Agrupamento, e a Dra. Isabel Pereira, com vínculo à Autarquia. --- O Dr. Marcelo explicou que o Projeto EPIS tem três princípios muito fulcrais e centrais de intervenção que o poderão distinguir dos demais projetos que também têm intervenção em meio escolar:-----

-----O princípio da não universalidade: apenas são acompanhados pelos mediadores alunos que manifestem algum tipo de risco num de quatro eixos: aluno, família, escola e território;-----

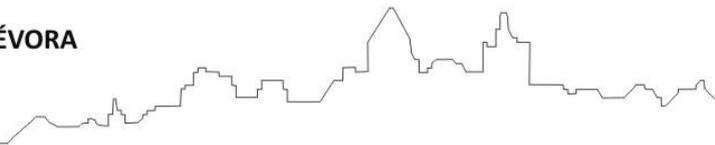
-----O princípio de intervenção fora da sala de aula;-----

-----O princípio do acompanhamento ao aluno ao longo do tempo: o ano de acompanhamento ao aluno não se fecha no ano escolar, mas é feito um acompanhamento a longo prazo, de no mínimo dois anos. -----

Para terminar a sua apresentação, o Dr. Marcelo falou da Expedição EPIS, uma atividade de final de ano letivo, com consiste num encontro que envolve cerca de 50 alunos do 9º ano, previamente selecionados, de todas as escolas EPIS. Os critérios de seleção incidem sobre o sucesso alcançado, através da motivação adquirida e esforços efetuados após intervenção estratégia do mediador. A aluna Carolina Madeira da Escola EB Conde de Vilalva foi a representante do concelho de Évora, que de 3 a 8 de julho, do ano em curso, participou na Expedição EPIS 2017: "Planeta Terra". Algumas fotos desta aluna no referido evento concluíram a apresentação.-----

Terminada a apresentação do balanço do projeto EPIS, a Dra. Maria de Lurdes Brito, Diretora do Agrupamento de Escolas número quatro de Évora, pediu a palavra, começando por manifestar a sua surpresa pelo facto da Dra. Élia Mira deixar de assumir funções na Autarquia, uma vez que, apesar das diferenças ideológicas, a fraternidade e a amizade com que sempre se trataram prevaleceram e o trabalho em conjunto foi sempre fácil e com base no consenso e amizade. De seguida, dirigiu o seu agradecimento à equipa EPIS pelo esforço e empenho, solicitando a continuidade da Dra. Isabel Pereira na EB Conde Vilalva, por ser um pilar forte e uma mãe para os alunos, e deixando o compromisso de verificar, relativamente aos Professores Luís e Sandra, a possibilidade de aumentar o seu número de horas no EPIS. A Dra. Maria de Lurdes Brito manifestou ainda a sua vontade de alargar o projeto ao Primeiro e Segundo Ciclos, tendo já procurado apoio junto de instituições e de empresas de Évora, contudo, não obteve respostas positivas; mesmo podendo concorrer aos quadros comunitários, será necessário um parceiro que assuma a contrapartida nacional o que, à data, ainda não tinham encontrado. Concluiu a sua intervenção realçando que estes alunos e respetivo aproveitamento refletem todo o trabalho e felicitando a equipa responsável.--





Não havendo mais intervenções sobre o projeto, a Dra. Élia Mira agradeceu a presença da equipa e desejou a continuação do excelente trabalho em prol do sucesso dos alunos, fazendo votos que venha a ser possível ampliar a rede de mediadores para se poder chegar a mais alunos. -----

Antes de passar ao ponto seguinte, a Sra. Presidente do Conselho Municipal de Educação solicitou que fosse ainda incluído um último ponto, intitulado Outros Assuntos. -----

O ponto três, aprovação do Plano de Transportes Escolares 2017/18, foi introduzido pela Dra. Helena Ferro que esclareceu os conselheiros que, quer o Plano inicial quer o Reajustamento ao mesmo, é um assunto que regularmente surge no Conselho Municipal de Educação por para este órgão terem sido transferidas as competências do extinto Conselho Consultivo de Transportes Escolares. O Reajustamento surge na sequência de alterações que ocorrem ao longo do ano letivo ao Plano de Transportes Escolares, elaborado com base nos dados fornecidos pelos Agrupamentos do Concelho e de fora do Concelho, nomeadamente, de Arraiolos e Reguengos de Monsaraz. -----

O Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2017/2018 foi apresentado pela Dra. Adelina Paredes, que referiu que a sua elaboração e conteúdo são enquadrados pelo Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro. Além da resposta obrigatória por aplicação da legislação referida, informou que o Plano prevê a aplicação de medidas extraordinárias, nomeadamente: -----

-----Transporte de alunos de 2.º CEB residentes nas freguesias rurais através de veículos das Uniões ou Juntas de Freguesia ou de carreiras especiais; -----

-----Rentabilização de circuitos de transporte escolar através da integração de crianças e jovens que não preenchem os requisitos de acesso a este apoio, desde que se encontrem numa situação socioeconómica desfavorecida e que essa integração não implique custos adicionais; -----

-----Aplicação de medida de discriminação positiva para alunos beneficiários da Ação Social Escolar (Escalaões A ou B) que participem o transporte escolar: isenção deste pagamento para alunos de Escalão A que utilizam os transportes públicos interurbanos e para alunos de Escalão A ou B que utilizam os transportes públicos urbanos e redução em 50% do pagamento previsto para os alunos beneficiários de Escalão B que utilizam as carreiras interurbanas;-----

-----Reajustamento aos circuitos realizados pelas Uniões e Juntas de Freguesia por motivo de incompatibilidade de horários escolares, procurando evitar longos períodos de espera, nomeadamente em caso de manhãs ou tardes livres de alunos do 2.º ou 3.º CEB, e permitir aos alunos, que dele necessitem, a frequência de aulas de apoio.-----

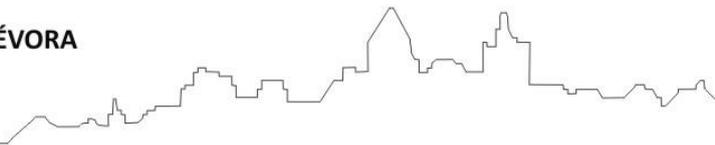
Apresentadas as medidas gerais que integram o Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2017/2018, foram apresentados os dados e custos previstos com a implementação do Plano. -----

Sobre os critérios que a Autarquia tem vindo a implementar, a Dra. Helena reforçou que são resultado dos contributos que têm sido apresentados no Conselho Municipal de Educação. -----

Não havendo mais questões, a Dra. Élia Mira colocou o Plano para aprovação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

Quanto ao ponto quatro da Ordem de Trabalhos, aprovação do processo de Ação Social Escolar 2017/2018, foi dada palavra à Dra. Helena, que começou por esclarecer que o assunto é apresentado ao Conselho Municipal de Educação por via da transferência das competências do extinto Conselho Consultivo da Ação Social Escolar para este órgão. -----





Para o ano letivo 2017/2018, de acordo com o Despacho n.º 5296/2017, de 16 de junho verificam-se algumas alterações, nomeadamente: -----

-----Gratuidade dos manuais escolares para todos os alunos do primeiro ciclo;-----

-----Alteração dos valores dos auxílios económicos;-----

-----Possibilidade de abertura das cantinas dos Territórios Educativos de Intervenção Pedagógica durante as pausas letivas;-----

-----Possibilidade das crianças refugiadas serem automaticamente equiparadas a crianças com Escalão A de Ação Social Escolar;-----

-----Criação de um terceiro escalão a partir do segundo ciclo;-----

-----Atribuição de verbas para apoio a visitas de estudo para alunos carenciados de Escalão A ou Escalão B.

Antes da apresentação da proposta municipal, a Dra. Helena Ferro sublinhou, dadas as alterações apontadas, a necessidade de, por parte da Autarquia e dos Agrupamentos, haver um acompanhamento ainda mais próximo para que, na prática, se verifique quais as efetivas variáveis a ter em conta. -----

Quanto à proposta, esta prevê que, pelo menos para início de ano letivo, sejam aplicados os valores indicados no referido despacho: -----

-----Alunos de Escalão A: alimentação gratuita, atribuição do valor de dezasseis euros para aquisição de material escolar e de vinte euros para visitas de estudo;-----

-----Alunos de Escalão B: alimentação comparticipada em cinquenta por cento, atribuição do valor de oito euros para aquisição de material escolar e de dez euros para visitas de estudo;-----

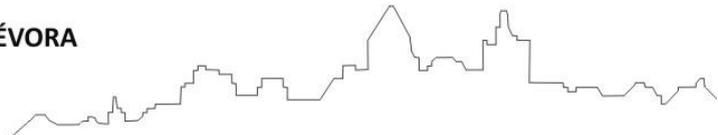
-----Crianças do Pré-Escolar com Escalão A ou B: mantêm-se os valores do ano letivo 2016/2017, medida extra em relação ao despacho, que não contempla o pré-escolar. -----

A proposta vai também de encontro a uma indicação da Associação Nacional de Municípios, relativamente à gratuidade dos manuais escolares, que proponha que fosse respeitada a Lei de Orçamento de Estado e mantidos os valores propostos em Despacho. -----

Quanto à implementação da proposta da Autarquia, esta compromete-se a, no início de janeiro, reunir com os Agrupamentos para perceber quais foram os constrangimentos e como é que o processo efetivamente se desenvolveu durante o primeiro período. No que respeita às questões administrativas do processo de Ação Social Escolar, manter-se-ão com as Secretarias dos Agrupamentos, pontos de maior proximidade com os alunos e respetivas famílias.-----

Ainda que fora do âmbito da aprovação do processo de Ação Social Escolar para o ano letivo 2017/2018, a Dra. Maria de Lurdes Brito aludiu, sugerindo que disso se desse nota ao próprio Ministério da Educação, à Portaria que determina que os encarregados de educação tenham de entregar os manuais escolares, referindo que, enquanto se mantiver o sistema das editoras incluam as atividades nos manuais, não ser justo que as crianças os devolvam e que novas crianças os utilizem já pintados, riscados, sublinhados e com os exercícios efetuados. Chamou a atenção, principalmente, para os manuais do primeiro e segundo ciclos, reforçando ainda que os alunos do primeiro e segundo anos do primeiro ciclo, forçosamente, não utilizam tão bem os manuais, por mais disciplinados e organizados que sejam. A Dra. Maria de Lurdes terminou a sua intervenção enfatizando que o Ministério deveria repensar esta situação e referindo que a falta de espaço para recolher todos os manuais, que os Agrupamentos são obrigados a receber, é outro fator constrangedor. No caso específico do Agrupamento de Escolas Número Quatro, e em Conselho Geral, foi decidido não aplicar a Portaria a nível do primeiro ciclo do ensino básico e, para minimizar o impacto da





devolução dos livros, foi implementada uma metodologia que consiste no preenchimento de uma ficha em que os encarregados de educação assumem a sua reciclagem. -----

A Dra. Élia Mira reforçou que esta é uma questão de difícil gestão: uma vez que os manuais dados às crianças têm espaços para serem dadas as respostas e neles as crianças vão respondendo, será impossível que no início do novo ano letivo outras crianças recebam os livros devolvidos como novos.-----

Não tendo sido apresentadas alterações, foi colocada a votação a proposta de implementação do processo de Ação Social Escolar para o ano letivo 2017/2018, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

No ponto cinco, Balanço da Intervenção Municipal em matéria de educação, nomeadamente das intervenções realizadas nos estabelecimentos de educação e ensino, quer em contexto urbano, quer em contexto rural, a Dra. Élia Mira, na qualidade de Vice-Presidente da Câmara Municipal, começou por expor aos conselheiros que, de um modo geral, o Parque Escolar se encontra envelhecido, com grandes problemas de conservação; não apresentando grandes problemas a nível das suas estruturas, as intervenções feitas foram a nível da melhoria das coberturas, das portas, das caixilharias em madeira, das casas de banho, mantendo-se alguns problemas, nomeadamente: -----

-----Os recreios, cujos pavimentos em terra batida carecem de conservação para que não se tornem em armadilhas para as crianças; -----

-----Alguns equipamentos lúdicos que já se encontram velhos, obsoletos e a precisar de remodelação, embora se vão fazendo manutenções de forma a garantir a segurança na sua utilização. -----

-----A climatização das salas de aula (muito frias no inverno e muito quentes na época de calor), umas por falta de equipamentos de aquecimento/arrefecimento, outras por avaria desses equipamentos, como é o caso da Escola Básica Galopim de Carvalho, outras ainda pelo sistema implementado não ser o adequado, como é disso exemplo a Escola Básica André de Resende, e ainda outras que recorrem a sistemas de aquecimento básicos como os pequenos aquecedores ou termo ventiladores. Devido a esta problemática, prevê-se um investimento para aquisição de aparelhos de ar-condicionado, alguns dos casos, em parceria com algumas Uniões e Juntas de Freguesia. -----

Como medidas de melhoria das condições de estabelecimentos de educação e ensino, a Dra. Élia Mira referiu ainda:-----

-----A aquisição de novo mobiliário escolar para a Escola Básica de São Mamede, estando também prevista a aquisição de mobiliário para as Escola Básicas do Rossio e do Bairro Senhora da Glória;-----

-----A impermeabilização do terraço da Escola Básica de São Mamede; a infiltração nas paredes levou à intervenção em duas salas de aula que ainda não puderam entrar em funcionamento;-----

-----A colocação de toldos, não só para ensombramento de espaços exteriores como para proteger da chuva, que em algumas escolas, não sendo a solução ideal, foi a possível;-----

A Dra. Élia Mira referiu ainda que algumas intervenções foram promovidas pelas próprias Associações de Pais e empresas privadas, como a colocação de um telheiro na EB Chafariz D’El Rei com o apoio da DELTA e a construção de canteiros para hortas pedagógicas. -----

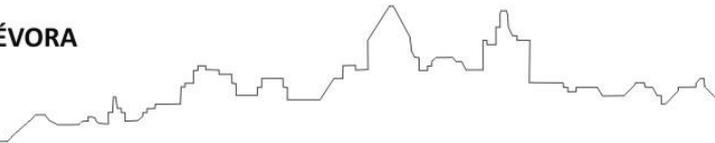
De seguida, apresentou também outras intervenções previstas:-----

----- Conclusão da obra de impermeabilização do terraço da Escola Básica de São Mamede;-----

----- Pintura exterior da Escola Básica Galopim de Carvalho;-----

----- Casas de banho da Escola Básica do Bairro do Frei Aleixo;-----





-----Substituição da rede elétrica e, no espaço exterior, requalificação do pavimento e portão da Escola Básica da Azaruja;-----

-----Substituição da cobertura em fibrocimento e ampliação do Jardim-de-Infância do Bairro de Santo António.-----

Sobre as intervenções já concluídas, a Dra. Élia Mira mencionou ainda a obra de requalificação da Escola Básica André de Resende, reforçando que requereu um grande investimento municipal e reconhecendo ainda o grande esforço por parte da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional e da Direção Geral dos Estabelecimentos de Educação (DGEstE) para que, por um lado, não se perdesse o financiamento e, por outro, assegurar a comparticipação do sinal que permitiu fazer uma reprogramação financeira e fazer além do que estava inicialmente previsto. Embora concluída, continuavam por resolver as questões da certificação da rede elétrica e da climatização.-----

A Sra. Vice-Presidente informou ainda sobre outras candidaturas que se encontravam a decorrer, nomeadamente:-----

-----Modernização e requalificação da Escola Básica de São Mamede;-----

-----Remoção das restantes coberturas em fibrocimento;-----

-----Intervenção na Escola Básica do Bairro de Almeirim;-----

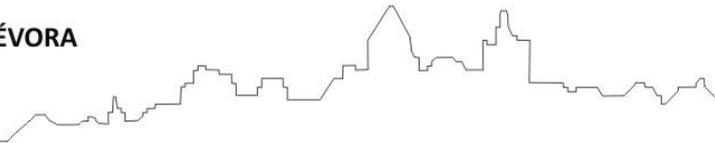
-----Intervenção ao nível da cobertura da Escola Básica Manuel Ferreira Patrício e do espaço exterior do Jardim de Infância Manuel Ferreira Patrício.-----

Sobre as intervenções realizadas nos estabelecimentos de educação e ensino, pediu a palavra o Dr. Carlos Percheiro, que em primeiro lugar e em seu nome pessoal, agradeceu a sensibilidade e preocupação que a Sra. Vice-Presidente manifestou para realizar as alterações necessárias, no que respeita ao Agrupamento de Escolas que representa. Quanto às intervenções, referiu que terá faltado mencionar a instalação dum novo Bar na Escola Básica de Santa Clara, cuja responsabilidade, do seu ponto de vista, seria do Estado e não da Autarquia, e a necessidade de retirar a cobertura em fibrocimento de uma arrecadação.-----

Sobre o projeto do Bar, a Sra. Vice-Presidente informou que o projeto foi adjudicado ao exterior, por não haver técnicos da Autarquia com disponibilidade para o realizar. Relativamente à arrecadação, informou que por iniciativa própria, a Dra. Maria Regina Martim, Ex-Delegada Regional, se dirigiu a si para tratarem da intervenção, sendo que a DGEstE suportaria o custo da intervenção e a Autarquia desenvolveria os procedimentos para remoção do fibrocimento, o que não avançou por o assunto ter ficado parado nos Serviços Jurídicos para redação de um Protocolo com o compromisso de cada uma das partes; embora já tenham havido vários contactos, a Autarquia não obteve nenhuma resposta.-----

Ainda sobre as intervenções nas escolas, o Dr. Rui Rosado pediu a palavra, retomando a questão da climatização que parece ser um fatalismo nacional, pois já nos anos 80 as Associações de Pais batalhavam por esta matéria. Cumprimentando o esforço apresentado de qualificação e revigoração das escolas, referiu que seria importante aferir a dimensão do problema, nomeadamente dos custos para climatizar as escolas, uma vez que as crianças merecem ambientes de aprendizagem, de crescimento, de desenvolvimento, de saúde e de segurança prioritários; sendo nas escolas que passam a maior parte da vida, toda a atenção deve ser direcionada para a qualificação dos espaços onde as crianças desenvolvem os seus percursos diários. Comparando com alguns espaços autárquicos, administrativos e governativos que se encontram devidamente climatizados, o Dr. Rui Rosado questionou se as crianças não seriam prioritárias a esses espaços, apelando a que este Conselho deixasse ficar esta preocupação e fizesse uma proposta para que o





problema fosse medido a fundo, uma vez que o PIB produzido pela nossa comunidade municipal seria suficiente para climatizar as escolas onde as crianças passam a maior parte das suas vidas. Terminou a sua intervenção com a nota de que muitas crianças ficaram para trás por não terem condições ergonómicas para aguentar os rigores climáticos, que parecem estar a agravar-se, e questionando sobre quantos milhões seriam necessários para climatizar as escolas e para as manter em segurança, pois se ocorrer algum incidente não será o Ministro que vai abaixo, mas todos os presentes que serão considerados cúmplices, indiferentes, neutrais e passivos. -----

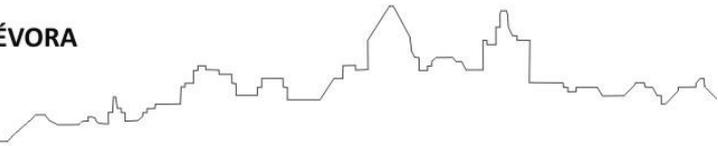
Sobre a questão da climatização e retomando o caso de uma escola nova que não responde de forma eficaz ao investimento que foi feito, embora reconhecesse que a Autarquia conjuntamente com os seus técnicos estaria a fazer o seu melhor, o Professor José Simplício referiu que estas situações resultariam de falta de planeamento e que ainda havia responsabilidades por apurar. Saliu ainda que, embora haja vários técnicos envolvidos (projetista, empreiteiro, instalador, serviços de fiscalização para acompanhamento da obra), o ônus do problema recai sobre o utilizador que tem os orçamentos continuamente diminuídos e um acréscimo de despesa. -----

Quanto à questão das obras, a Dra. Maria de Lurdes Brito fez o seguinte apelo ao Conselho relacionado com obras do Ministério da Educação em relação à Escola Secundária André de Gouveia, que nunca foi intervencionada desde a sua edificação em mil novecentos e setenta e oito e cujos alunos merecem ter uma escola condigna como todas as outras escolas da cidade: não deixemos perder o que está contemplado no mapeamento da DGEstE, que é muito pouco e que só dá para algumas infraestruturas, uma vez que os dois milhões, trezentos e cinquenta mil de euros previstos darão para remediar esgotos, eletricidade, cerca de 900m² de fibrocimento no gimnodesportivo, mas já não darão para chegar às caixilharias de madeira em todos os edifícios da escola, apelando junto do Poder Central que invista os quinze por cento da contrapartida nacional, uma vez que o restante está contemplado no FEDER. No final desta intervenção, a Dra. Maria de Lurdes Brito entregou à Sra. Vice-Presidente da Câmara Municipal a carta que foi redigida na sequência de uma reunião ocorrida com a Autarquia e a Associação de Pais, e a pedido do Sr. Presidente da Câmara Municipal, a solicitar uma reunião junto da Sra. Secretária de Estado para tratar deste assunto. -----

Embora tenha surgido a ideia de que a Câmara pudesse assumir parte da comparticipação nacional, a Sra. Vice-Presidente esclareceu que, não só pelas dificuldades financeiras conhecidas, mas também por não ser uma escola que esteja em contrato de execução nem sobre as competências do Município, dificilmente a Autarquia poderia assumir parte da comparticipação nacional. Por este motivo, entendeu-se que, face às competências que já tem relativamente a outras escolas e às quais tem dificuldades em dar resposta, deveria ser o Governo a assumir os quinze por cento da comparticipação nacional, propondo-se à Direção do Agrupamento e à Associação de Pais que a Autarquia sensibilizasse o Governo para que assumisse essa comparticipação, à semelhança do que aconteceu com a Escola Básica André de Resende. -----

O Professor Félix acrescentou que a pressão a fazer só faria sentido se fosse no sentido de ser retomado o que estava previsto no âmbito do Parque Escolar, pois poderá acontecer que fazendo pequenas intervenções, dentro de pouco tempo, seja necessário voltar a intervir. Voltando à questão da Escola Básica André de Resende e ao assumir de responsabilidades, o Professor Félix referiu que, tendo a obra sido terminada há pouco tempo ainda seria possível atribuir as responsabilidades a quem as tem, nomeadamente ao arquiteto uma vez que o projeto teria um seguro e, verificando-se que o projeto não





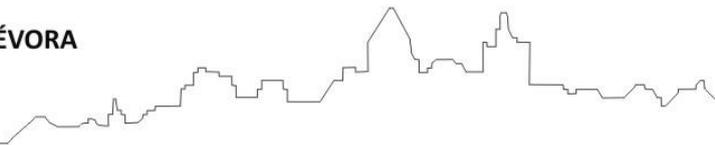
seria adequado ao local onde está implantado, tal responsabilidade deveria ser assumida, pois teria de se concluir se é erro de projeto ou de execução. Concluindo-se que a colocação de uma parede em vidro virada a Norte se trata de um erro de projeto, a Autarquia, enquanto dona da obra, não deveria deixar o responsável enquanto decorrer o prazo para reclamações. O Professor Félix terminou a sua intervenção questionando se a possibilidade de um eventual reaproveitamento do edifício da Escola Básica André de Resende que não foi demolido, para a construção de duas salas para Jardim de Infância, avançaria ou não.-- Começando por responder a esta última questão, a Dra. Élia Mira informou que se realizou uma reunião na DGEstE, onde estiveram presentes o Diretor do Agrupamento de Escolas Gabriel Pereira e o Dr. Joaquim Simplício, para tratar especificamente da possibilidade de intervenção nesse edifício, uma vez que haveria, da parte da DGEstE, a intenção de alargar a rede de pré-escolar com a abertura de mais salas. Contudo, analisando os dados demográficos, a necessidade de se criarem mais salas não se confirmou. Além desta questão, não se poderia deixar de considerar a rede de IPSS existente que, sendo comparticipada pelo Estado, dará resposta a este nível. Além destas considerações, a questão que se tornou mais relevante foi a do financiamento desta intervenção, que recairia sobre a Câmara, que não tinha possibilidade de assumir esse financeiramente, pois até o apetrechamento dos espaços implicaria um elevado investimento, uma vez que teriam de ser adquiridos equipamentos certificados para crianças do pré-escolar. Atendendo ao investimento que esta intervenção implicaria, seria necessário avaliar devidamente a relevância, a necessidade, o investimento e só depois avançar. A Dra. Élia Mira deixou ainda a nota de que havia também a necessidade de remover a cobertura de fibrocimento do pavilhão que ficou por demolir.-----

Relativamente aos problemas que advêm das paredes de vidro da Escola Básica André de Resende, a Dra. Élia Mira informou que, aquando da reprogramação financeira, não foi possível obter financiamento para o sombreamento das áreas mais afetadas. Quanto à atribuição de responsabilidades, não houve quaisquer respostas por parte do arquiteto que elaborou o projeto.-----

A Dra. Élia Mira terminou o ponto sobre o balanço muito específico da educação, reconhecendo o trabalho de grande empenho e pro-atividade, não só por parte do Conselho Municipal de Educação como também da Divisão de Educação, através da Dra. Helena Ferro e a sua equipa, que assumiu um papel fundamental naquilo que foi a afirmação do trabalho da educação a nível do nosso concelho, informando sobre os seguintes assuntos:-----

- A nova Carta Educativa, para a elaboração da qual participaram muitos membros do Conselho Municipal de Educação e da Comunidade Educativa, se encontra em fase de conclusão, podendo ser aprovada até ao final de dois mil e dezassete;-----
- Definição da metodologia e do início do envolvimento dos agentes no Projeto Educativo Local (PEL);-----
- Criação dos percursos educadores na Évora Cidade Educadora;-----
- Revisão do modelo das Atividades de Enriquecimento Curricular, com uma participação muito estreita com o Sindicato dos Professores da Zona Sul, os Agrupamentos de Escolas, os Pais e professores que manifestaram o seu grau de insatisfação e apresentaram os seus contributos para melhorar este modelo, cujo principal problema deste modelo seria a flexibilização do horário que conflituava com os horários dos professores titulares e de saída das crianças;-----
- Criação do projeto “Missão Ciência e Arte”, desenvolvido em articulação com a Universidade de Évora e os Agrupamentos de Escolas;-----
- Projeto “Voar na Asa dos Livros”, para promoção do livro e da leitura a partir do Pré-Escolar;-----





-----Projeto “Volta a Évora em 70 Dias”, cujo principal objetivo era a valorização do nosso património urbano e rural, levando os alunos das escolas da cidade às escolas das freguesias rurais e os alunos das escolas rurais às escolas da cidade; -----

-----Lançamento do projeto educativo “Do Lado de Cá”, uma oferta municipal dirigida aos alunos do 2.º ano de escolaridade do 1.º Ciclo do Ensino Básico para poderem conhecer os serviços municipais, estando prevista uma exposição com o Colégio da Fundação Salesianos de Évora que dará conta do trabalho desenvolvido com os pais e alunos no âmbito deste projeto; -----

-----Início do “Programa Ser a Brincar”, oferta municipal a decorrer na pausa letiva do verão e destinado às crianças do Pré-Escolar; -----

-----Desenvolvimento da ação “Eu Participo”, chamando as crianças ao Parque Infantil para que dessem conta do que é que gostariam de ver no âmbito da requalificação daquele espaço que a elas se destina e, depois de recebidas, as suas propostas foram discutidas com as crianças no Parque Infantil; -----

-----Implementação do Programa “Conhecer +”; -----

-----Recuperação do Desfile de Carnaval, que contou com a participação ativa dos Estabelecimentos de Educação e Ensino; -----

-----Espetáculo de abertura da Feira de São João que, desde 2015, tem sido feito pelas crianças; -----

-----Implementação de novas dinâmicas no Alto de São Bento, com vista a que também os idosos e as famílias encontrem respostas para atividades em família; -----

-----Comemoração do Dia Internacional da Cidade Educadora, onde o Conselho Municipal de Educação teve um importante papel na preparação e dinamização do seminário “Três Pilares para a Construção de uma Cidade Educadora: Democracia, Escola e Cidade”; -----

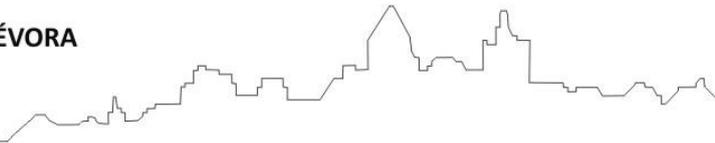
-----Envolvimento da Autarquia no Programa de Promoção do Sucesso Escolar, financiado e já submetido a candidatura, cujo enfoque começa no 1.º Ciclo do Ensino Básico. -----

Após a intervenção da Dra. Élia Mira, a Dra. Helena Ferro pediu a palavra para falar do Programa Ser a Brincar, que responde a uma grande lacuna do Concelho que tem a ver com a inexistência de espaços onde os pais possam deixar as crianças em idade de Pré-Escolar no período alargado da pausa letiva do verão, aproveitando para agradecer ao Agrupamento de Escolas Severim de Faria que cedeu a Escola Básica de São Mamede para o desenvolvimento deste projeto, ao Agrupamento de Escolas n.º 4 que cedeu uma das suas cozinheiras e à União de Freguesias de Évora pelo apoio na aquisição dos bens alimentares. Tendo o Programa iniciado com todas as vagas ocupadas, ficou um importante repto para o próximo ano letivo onde poderá ser necessário abrir uma segunda sala. -----

No último ponto da ordem de trabalhos, Outros Assuntos, pediu a palavra o Dr. Rui Rosado para apresentar uma proposta de voto de pesar pela morte da Senhora Dona Maria Teresa Eugénio de Almeida, pelo seu importante papel social e educativo através da criação da Fundação Eugénio de Almeida, que, depois de colocado à consideração do Conselho Municipal de Educação, foi aprovado por unanimidade. -----

De seguida, tomou a palavra a Dra. Maria de Lurdes Brito que começou por relembrar a absolutíssima necessidade de pessoal não docente nas escolas. Reforçou que não seria possível manter com dignidade a Escola Pública sem funcionários com contrato, vínculo, sentido de pertença, que saibam educar os nossos alunos, que os protejam e assegurem que estão bem naquele espaço, que sejam mais do que um operacional, mas sejam também um aliado e um agente educativo, não sendo possível pedir mais trabalho a quem já deu tanto. A Dra. Maria de Lurdes reforçou que, de ano para ano, tem aumentado o número de





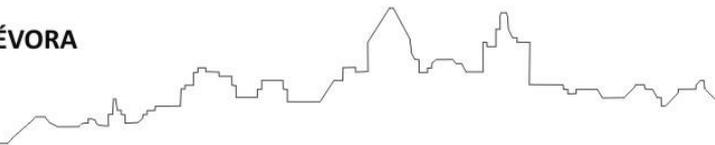
baixas e que são mais prolongadas; verifica-se ainda que a maioria dos funcionários se encontra na faixa etária dos 55 anos, não havendo, desde 2009/2010, possibilidade de regenerar o pessoal não docente. Reconhecendo o esforço da Autarquia a nível dos Contratos de Emprego-Inserção e de beneficiários do Rendimento Social de Inserção, não deixou de referir que, embora se encontrem pessoas ótimas às quais não é possível alargar os seus contratos de trabalho, também se encontram pessoas que não poderiam, de forma alguma, estar a servir de modelo aos alunos. A Dra. Lurdes terminou a sua intervenção dizendo que não é possível aguentar os Agrupamentos e as Escolas com a carência absoluta de funcionários.-----

Sobre a problemática do pessoal não docente, o Dr. Carlos Percheiro interveio e reforçou que, embora não seja uma questão que se possa resolver a nível autárquico, seria uma realidade em todas as escolas, havendo muitos dias no ano em que é muito difícil geri-la. O Dr. Carlos Percheiro, sobre a ação da Autarquia no domínio da Educação, relevou o trabalho do Dr. Jorge, uma pessoa muito sensível às questões da educação, assim como o trabalho da Professora Cláudia Pereira, fazendo notar que todas as pessoas que ocuparam cargos desta natureza vieram elevadas de um espírito de construção, e terminou a sua intervenção dirigindo-se particularmente à Dra. Élia Mira para manifestar a sua admiração pelo trabalho extraordinário que desenvolveu, por ter sido uma pessoa tão próxima das escolas e dos problemas e o seu lamento pelo facto de não retomar as suas funções políticas. Terminada a intervenção do Dr. Carlos Percheiro, aplaudida por todos os membros do Conselho Municipal de Educação, a Dra. Élia Mira agradeceu, deixando nota de que levaria da Autarquia a melhor experiência de trabalho, da dádiva, tendo pautado a sua ação pela defesa dos funcionários e a quem reconheceu dedicação à causa pública. Descreveu a sua experiência como muito enriquecedora, fabulosa, mas também muito dura e, quando se vê a família a ser arrastada pelos processos políticos, é altura de encerrar o ciclo. Embora se tenha esforçado, reconheceu que não chegou a toda a parte, que ficou muita coisa por fazer e que teve também alguns desencantos e que algumas dificuldades foram tidas como más-vontades. A Dra. Élia Mira terminou a sua intervenção reforçando que foi um trabalho muito positivo e de muito enriquecimento, tendo-se sentido muito bem recebida e acarinhada. -----

De seguida, sobre a questão do pessoal não docente, o Dr. Joaquim Simplício informou que, na sequência da reunião realizada na DGEstE com os Agrupamentos de Escolas, conforme proposta apresentada em Conselho Municipal de Educação pelo Senhor Delegado Regional da Educação, Dr. Manuel Barroso, onde o rácio foi apresentado como argumento de força maior para justificar alguma intransigência em relação a este problema, o Agrupamento de Escolas Gabriel Pereira apresentou duas exposições para justificar que se trata de um argumento sem sustentabilidade, sem fundamentação; à data, ainda não haviam obtido qualquer resposta, o que significaria que não haveria argumentos que contrariassem aquelas exposições. Face ao esforço e à resposta dada pela Câmara sobre esta matéria, perguntou qual a participação da Autarquia em relação aos contactos com a tutela sobre esta matéria, qual o tipo de resposta previsível, se o recurso à medida CEI continua a ser considerado, qual o ponto de situação em relação a esta matéria e ao processo de concurso de contratação em curso. -----

O Dr. José Manuel Martins, em representação da Direção de Serviços da Região Alentejo, pediu a palavra para, em primeiro lugar, se dirigir à Dr.ª Élia Mira, sublinhando o prazer de ter trabalhado com a Sr.ª Vice-Presidente e ressaltando a sensibilidade que sempre demonstrou em relação às questões do âmbito da educação. Sobre o assunto do pessoal não docente, referiu que as limitações são cada vez maiores; não obstante o que a lei determina, os Serviços fazem chegar superiormente que, para o trabalho que é preciso





executar, as pessoas não são as suficientes e que as que existem vão sendo sobrecarregadas. Terminou a sua intervenção informando que tomou nota do que havia sido dito neste órgão e que, de forma sumária, seria posteriormente transmitido superiormente. -----

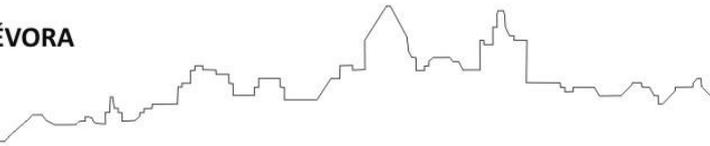
Embora seja conselheiro neste órgão na qualidade de representante do pessoal docente do ensino secundário, o Prof. Joaquim Félix pediu a palavra para transmitir algumas preocupações que, enquanto presidente do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas N.º 2, lhe chegavam relativamente à questão do pessoal não docente, nomeadamente, sobre o concurso em curso e os critérios estabelecidos que deixavam de fora pessoas que, em condições de trabalho precário e que demonstravam um elevado nível de desempenho das suas funções, perderiam a oportunidade de conseguir um posto de trabalho com condições menos precárias. Terminou a sua intervenção, dirigindo-se à Dr.ª Élia Mira para manifestar o seu apreço pela forma como executou as suas funções neste órgão. -----

De forma a responder às questões levantadas sobre o pessoal não docente, a Dr.ª Élia Mira informou que, há cerca de um ano, tinha havido uma reunião com a Sra. Secretária de Estado da Educação, de onde resultou a autorização para a abertura de concurso para contratação de trinta e oito assistentes operacionais dos quarenta e quatro que foram apontados como necessários, ao qual se candidataram cerca de oitocentas pessoas, o que provocou um atraso no desenvolvimento do processo; posteriormente, a Autarquia foi informada de que apenas poderia contratar treze pessoas. Em reunião ocorrida em abril último com a Sr.ª Secretária de Estado, foi transmitido à Autarquia que a Portaria que determina o rácio seria revista. A Dr.ª Élia Mira reforçou que a Câmara tem feito tudo o que estaria ao seu alcance para desbloquear o processo e que há cerca de dois anos que a equipa da Divisão de Educação procurava soluções através de pessoas em situação de desemprego para assegurar os serviços das escolas, sendo que o recurso à medida CEI se estivesse a tornar cada vez mais difícil pelo facto do número de desempregados com algumas qualificações para este tipo de funções ser cada vez menor. Sobre a questão do rácio, a Dr.ª Élia Mira reforçou que a lei não contemplava a substituição de pessoas em situação de baixa, a escola a tempo inteiro ou a dispersão territorial existente no Alentejo, o que levava à existência de graves problemas de funcionamento das escolas, de segurança e de fornecimento de refeições, serviços básicos para as crianças e suas famílias. -----

A Dr.ª Maria de Lurdes Brito, Diretora do Agrupamento de Escolas N.º 4, questionou o que, a nível da Associação de Municípios e do Conselho de Escolas, se estaria a pensar fazer, uma vez que se tratava de um problema de norte a sul do país e que a solução passaria por uma medida de força destes órgãos e de todos se juntarem na não abertura das escolas. Reforçou ainda que os espaços das escolas se encontravam cada vez mais vandalizados pela falta de segurança e que a maioria das pessoas que chegavam às escolas eram pessoas sem condições para estarem à frente de crianças por não terem adquirido competências e valores necessários para o desempenho destas funções. -----

Quanto ao número total de pessoas que poderiam ser contratadas, o Dr. Joaquim Félix questionou se esse limite significava que a Câmara não poderia contratar mais do que treze pessoas ou que apenas seria transferida verba para contratar treze pessoas, sendo que a contratação de mais pessoas ficaria por conta da Autarquia. A Dr.ª Élia Mira esclareceu que a Inspeção-Geral de Finanças (IGF) informou que só seria transferida verba para a contratação de treze pessoas e que, em bom rigor, a Sra. Secretária de Estado nunca se tinha comprometido com a transferência do valor para a contratação das trinta e oito pessoas, uma vez que seria sempre necessária autorização do Ministério das Finanças. -----





Nada mais havendo a tratar, deu-se por concluída a reunião, da qual se lavrou a presente ata. -----

Da presente ata faz parte integrante a Lista de Presenças em anexo. -----

Évora, dezoito de julho de dois mil e dezassete-----

